

Direito humano à alimentação adequada e saudável

» LILIAN RAHAL - Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)
» WELLINGTON DIAS - Ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

A Constituição Federal diz que toda pessoa tem direito a se alimentar bem: o Direito Humano à Alimentação Adequada, disposto no Artigo 6º, está no centro da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional que vem se consolidando no país, sobretudo nas últimas décadas. A medida que essas políticas públicas chegam de forma mais efetiva à população, o número de pessoas em condição de insegurança alimentar e nutricional tende a diminuir.

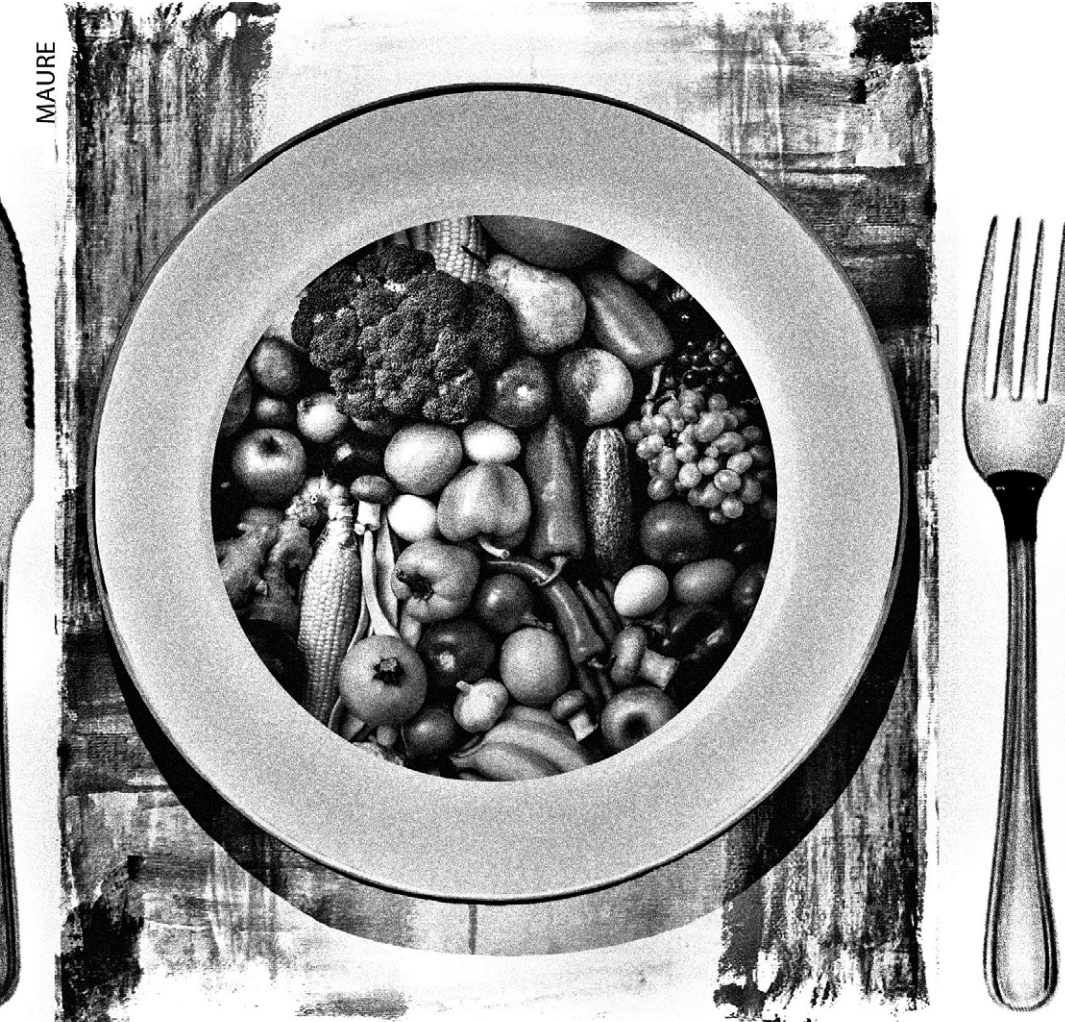
É o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgada em março deste ano pelo IBGE: mais de 20 milhões de pessoas saíram da situação de fome no Brasil em 2023, ano que marca a retomada de uma série de ações do governo federal voltadas para a agenda pública da segurança alimentar e nutricional. Dados extraídos do Relatório da ONU sobre a Insegurança Alimentar Mundial (SOFI 2024) reforçam que a insegurança alimentar severa caiu 85% no Brasil em 2023. Em números absolutos, 14,7 milhões deixaram de passar fome no país. A insegurança alimentar severa, que afligia 17,2 milhões de brasileiros em 2022, caiu para 2,5 milhões. Percentualmente, a queda foi de 8% para 1,2% da população. Com o Plano Brasil Sem Fome, o Brasil começa a colher o melhor resultado do mundo na luta contra a fome e na redução da extrema pobreza, alcançando o mais baixo nível de desigualdade da nossa história.

No entanto, se por um lado, garantir o acesso das pessoas à comida de verdade é o caminho para o bem viver, o consumo de ultraprocessados acarreta sérios riscos para a saúde das pessoas. Estudo inédito, realizado por pesquisadores do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da USP (Nupens), em conjunto com pesquisadores de outras instituições renomadas do Brasil e do Chile, calcula que o número de mortes no Brasil associadas ao consumo de alimentos ultraprocessados pode chegar perto de 57 mil ao ano.

Os pesquisadores alertam, ainda, que essas mortes prematuras não se restringem somente ao consumo dos nutrientes em excesso, presentes nos ultraprocessados, como o açúcar, a gordura e o sal, mas também ao caráter inflamatório desses alimentos e até com suas embalagens, que podem liberar substâncias tóxicas.

Outro grave problema associado ao consumo de ultraprocessados é a obesidade, que traz como consequência a exposição a comorbidades, como doenças cardiovasculares, diabetes, doença renal crônica, cirrose e cânceres. Atualmente, 34% dos brasileiros têm obesidade e 22% estão acima do peso.

E, se o presente é preocupante, as perspectivas de futuro são ainda mais alarmantes. Caso sejam mantidos os padrões atuais de consumo, estudos



apontam que quase metade da população brasileira (48%) será obesa nos próximos 20 anos e outros 27% viverão com sobrepeso. Ou seja, três quartos da população adulta brasileira — 130 milhões de pessoas — terá obesidade ou sobrepeso até 2044.

Assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável não é desafio apenas de um setor de governo, mas tarefa transversal, que envolve um conjunto de ações, programas e políticas públicas que respondam às múltiplas faces da existência humana.

Em março, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) celebrou a publicação do Decreto Presidencial Nº 11.936/24, que dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar. Essa ferramenta, criada a várias mãos, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, tem a finalidade de orientar as políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, sejam elas de produção, abastecimento, consumo ou tributárias.

A oportunidade histórica que vive o nosso país, de construir uma Reforma Tributária que contribua com a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e com o combate à fome passa pelo potencial intrínseco desse conjunto de leis a ser aprovado pelo Congresso Nacional, de criar mecanismos que desonerem os alimentos in natura e minimamente processados, priorizando, também, os produtos da sociobiodiversidade. Da mesma forma, a tarefa de construirmos um Sistema Tributário focado na promoção de uma alimentação verdadeiramente saudável implica em definir impostos que incidam sobre aqueles produtos prejudiciais à saúde, como o caso dos ultraprocessados, como as bebidas açucaradas.

O momento é desafiador e demanda união de esforços — poderes Executivo, Legislativo e Judiciário — no sentido de avançarmos na direção de uma Reforma Tributária que fortaleça sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, que garanta a todas as pessoas o direito de se alimentar de forma a alcançar a plenitude do bem viver e a saúde do planeta.

Brasil e as eleições da Venezuela

» PEDRO SILVA BARROS
Economista e doutor em integração da América Latina pela USP, pesquisador do Ipea e ex-diretor de assuntos econômicos da União de Nações Sul-Americanas (Unasul)

Venezuela, país andino-caribenho -amazônico, é parte do entorno estratégico brasileiro, que deve ser zona de paz e livre de ingerência extrarregional. Compartilhando extensa fronteira, a maior reserva de biodiversidade do mundo e a Ilha das Guianas, da Faixa Petrolífera do Orinoco à Margem Equatorial, rica em minérios e hidrocarbonetos.

Tralalhadas da política externa de Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo levaram o Brasil a reconhecer, no início de 2019, o auto-proclamado Juan Guaidó como presidente da Venezuela. Pior, no fim de abril daquele ano, o governo brasileiro acreditou que Guaidó teria apoio militar para tirar Nicolás Maduro do poder. Após o erro de avaliação, o Brasil retirou todo o seu pessoal diplomático, militar, policial e de inteligência da Venezuela em um movimento sem precedentes de irresponsabilidade pela omissão.

O Brasil perdeu política e economicamente. Os venezuelanos perderam muito mais com o aprofundamento da crise, que também é social e migratória. China, Rússia, Turquia e Irã aumentaram sua presença em um país sancionado pelos EUA e coagido por União Europeia e Grupo de Lima.

Centenas de milhares de venezuelanos migraram para o Brasil, onde foram recebidos pela bem estruturada Operação Acolhida. A maioria deles não votará neste domingo.

Mudanças de governo na Argentina (2019), Peru (2021), Colômbia (2022) e Brasil enterraram o Grupo de Lima. Em outubro do ano passado, as sanções foram levemente aliviadas com as negociações do Acordo de Barbados, que permitiu também entendimentos entre governo e oposição. A situação econômica parou de piorar. Chega-se o dia da eleição presidencial com os dois principais candidatos afirmando que serão vencedores e seus apoiadores confiantes, apontando para o próprio favoritismo.

Ainda que sobre questionamentos sobre o equilíbrio das condições de disputa, não há dúvidas de que se trata de um processo competitivo, diferente do que foi em 2018, quando boa parte da oposição optou pela campanha abstencionista.

Autodeterminação, integração, interdependência e desenvolvimento são princípios e objetivos que balizam a presença e os interesses brasileiros na América do Sul. Esses são os conceitos fundamentais que o governo e os brasileiros devemos considerar nos sensíveis momentos após a eleição deste 28 de julho na Venezuela.

A preocupação imediata é que a votação transcorra normalmente, com possibilidade do exercício de voto para todos. Um quórum superior à metade dos 21 milhões de eleitores habilitados é desejável. Em 2018, Maduro foi eleito com 6 milhões de votos. Em 2023, 2 milhões de eleitores se manifestaram pela candidatura da inabilitada María Corina Machado nas primárias da oposição.

Lembro que, nas eleições parlamentares de 2015, o pleito foi observado pela missão eleitoral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Na ocasião, mais de 14 milhões de venezuelanos foram às urnas. A opositora Mesa de Unidade Democrática venceu com 7,7 milhões de votos, enquanto os governistas do Grande Polo Patriótico tiveram 5,6 milhões. Os resultados foram reconhecidos rapidamente. Hoje, não há Unasul em funcionamento, mas o Brasil e seu presidente recuperam parte do prestígio e liderança para atuar regionalmente, sendo interlocutor necessário para as diferentes colorações políticas da Venezuela.

Após a apuração, o esforço deve ser para que os resultados sejam divulgados no tempo correspondente e que os derrotados reconheçam o vencedor, independentemente de quem ganhe. O reconhecimento internacional de uma possível vitória de Maduro não será automático nem simples, assim como uma eventual vitória de Edmundo González, principal candidato da oposição, exigirá ampla concertação política interna para a transição de governo, cuja posse está prevista apenas para janeiro de 2025.

Passados o exercício democrático do voto e a engenharia política do reconhecimento dos resultados dentro e fora do país, as atenções devem ser postas para a reconstrução da economia venezuelana e a estabilidade duradoura do norte da América do Sul, inclusive da região do Essequibo, reivindicada pela Venezuela. Nesse tempo, será ainda mais importante a participação propositiva do Brasil e a institucionalização da governança regional em temas como infraestrutura e defesa.

ELEIÇÃO NA UnB

Bons ventos trazem A UnB que queremos: as pessoas em primeiro lugar!

» FÁTIMA SOUSA - Enfermeira sanitária, professora-associada e ex-diretora da Faculdade de Ciências da Saúde
» PAULO CELSO DOS REIS - Engenheiro civil e de segurança do trabalho, professor-adjunto e vice-diretor da Faculdade de Tecnologia

Um projeto político é uma integração de sonhos, de ideais e de condições objetivas de materialização. Nossa candidatura à Reitoria da Universidade de Brasília (2024-2028) nasce do compromisso com a educação pública, democrática e de qualidade, e não se alinha à continuidade do cenário atual. Somos oposição e propomos uma efetiva mudança impulsionada pela convicção de que a universidade deve ser um espaço inclusivo, inovador e conectado com as demandas da comunidade acadêmica e da sociedade. Transparência e participação não podem ser narrativas vazias.

Nosso plano de gestão, o único entregue no dia da inscrição das chapas, apresenta eixos desafiadores e condutores do trabalho que vislumbramos. A universidade deve funcionar como organismo vivo, em sintonia com a sociedade, para cumprir sua missão de criar, inovar e transformar: uma UnB capaz de produzir conhecimento alinhado com a “ciência cidadã”, que responda às principais questões do Distrito Federal, da região, do Brasil e do mundo.

A UnB que queremos será uma universidade de referência na ciência inovadora, crítica e na superação das desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais, na proteção do ecossistema ambiental e na garantia de segurança alimentar e nutricional da população. Vamos exercer a pedagogia da amorosidade, da verdade e do bem viver. Bons ventos trazem as boas ideias para esse debate e as melhores propostas, emanadas de grupos representativos da UnB, da comunidade e dos sindicatos — pautas aguardadas há quase uma década e acintosamente esquecidas pela atual gestão.

Ao adotar uma abordagem humanista, a universidade cria um ambiente de trabalho que promove o bem-estar e a qualidade de vida. Nossas propostas visam ao desenvolvimento pessoal e profissional das/os servidoras/es, contribuindo para o sucesso da Instituição em 10 eixos estruturantes: 1 - As pessoas em primeiro lugar; 2 - Universidade promotora de saúde; 3 - Gestão acadêmica e a ciência cidadã; 4 - Gestão administrativa e governança; 5 - Gestão da ciência, tecnologia e inovação; 6 - Gestão da arte e cultura na universidade; 7 - Gestão da informação, comunicação e acesso ao conhecimento; 8 - Transparência e orçamento participativo; 9 - Infraestrutura e sustentabilidade da UnB; e 10 - Memória e patrimônio institucionais.

Nossos propósitos são ousados, criativos, consistentes e estrategicamente debatidos e pensados para uma UnB que deve mirar o seu centenário com o arrojado propósito de ocupar o espaço que lhe foi pensado na origem: o de uma instituição de excelência acadêmica com inclusão social, com ousadia e transparência como modo de vida e da ação política como condição de possibilidade da transformação.

Somos gestores experientes, responsáveis pela condução de importantes programas, como a Rede Brasileira de Universidades Promotoras de Saúde e a implementação do Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde — experiências que trouxeram reconhecimento internacional ao Brasil; ou na coordenação do projeto de encerramento do Lixão da Estrutural (até então, o maior da América Latina), com a inclusão socioprodutiva dos catadores, além da implantação do primeiro

aterro sanitário de Brasília. Acreditamos que a UnB, por sua origem, por sua posição geográfica e por sua constituição intelectual e técnica, tem potencial para ser protagonista em soluções criativas nos desafios locais e globais. Nosso compromisso é com uma gestão participativa, transparente e eficiente, que valorize o diálogo com toda a comunidade acadêmica e potencialize as capacidades de nossos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos. Queremos uma UnB em que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, independentemente de a qual grupo pertence. Para isso, é fundamental promover políticas de inclusão e de participação social ativa que contemplem as diversidades étnicas, raciais, de gênero, socioeconômicas e as deficiências.

A transparência será um pilar central, com a disponibilização de informações claras e acessíveis acerca do uso de recursos e da execução de projetos, reduzindo a burocracia que tanto assola e se faz deletéria à finalidade institucional. Para a integração com a comunidade local, ampliaremos os projetos de extensão e parcerias para que a universidade contribua efetivamente para o desenvolvimento local e nacional.

A UnB que queremos é uma instituição pautada pela inteligência de toda a comunidade, protagonista da revisão e atualização do projeto original de Darcy Ribeiro, de Anísio Teixeira e de centenas de intelectuais que acreditaram no poder transformador da educação. É preciso ter competência, compromisso ético, político, científico e social para seguir esse legado e fazer da UnB um modelo de excelência e equidade. Esta é, em síntese, a UnB que queremos.